

MENSTRUACÃO & CIÊNCIAS: O PODER E OS OLHARES DA RESISTÊNCIA

MENSTRUATION & SCIENCES: THE POWER AND THE PERSPECTIVES OF RESISTANCE

Ana Carolina Hyrycena¹

Moisés Alves de Oliveira²

Resumo: Este estudo analisa discursos sobre menstruação, com o objetivo de investigar suas intersecções com as ciências, particularmente com enfoque nos enunciados que a apresentam como intrinsecamente natural e biológica do corpo humano. A metodologia incluiu a aplicação de um questionário em redes sociais e análise foi baseada em teorizações foucaultianas sobre o discurso. Identificou-se que a naturalização da menstruação é usada como um dispositivo político de identificação, mas interdições como o silenciamento e a estigmatização são perpetuados por discursos dominantes, produzindo também pontos de resistência no discurso. Conclui-se que os discursos científicos podem reforçar uma visão rígida e autoritária sobre a menstruação e os corpos que menstruam, uma vez que os discursos sobre a menstruação são atravessados por relações de poder complexas, que se entrelaçam com cultura, economia, religião e biopolítica e são também, bem como podem ser usados como formas de resistência que enfraquecem e desafiam estigmas.

Palavras-chave: Menstruação; Ciências; Poder; Resistência.

Abstract: This study analyzes discourses on menstruation, aiming to investigate their intersections with the sciences, particularly focusing on statements that present it as intrinsically natural and biological to the human body. The methodology included the application of a questionnaire on social media, and the analysis was based on Foucauldian theorization of discourse. It was identified that the naturalization of menstruation functions as a political identification device, while prohibitions such as silencing and stigmatization are perpetuated by dominant discourses, also producing points of resistance within the discourse. The study concludes that scientific discourses can reinforce a rigid and authoritarian view of menstruation and menstruating bodies, as discourses on menstruation are shaped by complex power relations intertwined with culture, economy, religion, and biopolitics. However, they can also serve as forms of resistance that undermine and challenge stigmas.

Keywords: Menstruation; Sciences; Power; Resistance.

Este artigo deriva de um trabalho completo apresentado no VIII Congresso Paranaense de Educação em Química e encontra-se em uma versão mais ampliada, revisada e detalhada.

¹ Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e doutoranda na mesma instituição, Londrina, Paraná, Brasil. ana.carolina.hyrycena@uel.br.

² Doutor em Educação Básica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor Associado ao Departamento de Química e docente do Programa de Mestrado Profissional ProfQui/UEL e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná, Brasil. moises@uel.br

1 Situando poder e resistência

A imposição do silêncio diante da menstruação nos é feita desde a infância. Aquilo que nos foi dito (e o que não nos foi dito) sobre a menstruação em nossa sociedade é o que marca o modo como nos relacionamos com ela (Irusta, 2022). Em razão da forte influência da cultura ocidental em nosso corpo social, a visão da menstruação, enquanto um tabu, nos é comum e nos foi ensinada não só por meio das histórias que nos foram contadas, “[...] mas também por meio dos silêncios, omissões, tartamudos e até desinformação ou informação enviesada, inclusive, pelas crenças de autoridades científicas e intelectuais” (Irusta, 2022, p. 5, tradução nossa), produzindo uma potente pedagogia que articula o culto coletivo à educação, aos hábitos de higiene e saúde e aos recalques (interdições) como vital para formar o corpo educado às condições modernas. Desse ponto de vista, a recompensa advém da inclusão do corpo menstruado à suposta forma correta de educação que pode ser cientificamente inculcada e monitorada por meio das ciências sociológicas, biológicas, médicas e psicológicas. Entre o recalque e a crítica, podemos dizer, parafraseando uma percepção acurada de Findlay, (1902) que o propósito da educação, tanto escolar quanto das normas da cultura popular modernas, pode ser reduzido ao conceito de moralidade. Ou seja, uma maquinaria cultural ampla que pouco a pouco, ao longo da história, vem promovendo uma crescente condição racional como capital humano. Trata-se de educação corretamente ordenada que imputa ao indivíduo o autocontrole, quesito central da visão iluminista para revelar a verdadeira natureza organizada e limpa do homem. Única via para que todo indivíduo expresse sua liberdade moral. Essa forma absolutista está, a nosso ver, na base do fracasso do projeto moderno de uma sociedade limpa e organizada ao mesmo tempo no seu sucesso em promover a injustiça, os silêncios e os recalques.

Desde a Antiguidade, discursos sobre a menstruação e o corpo feminino têm circulado, estabelecendo fronteiras sobre o que é considerado natural, aceitável ou indesejável. Esses discursos não são estáticos; ao contrário, adaptam-se conforme o contexto histórico, estreitamente entrelaçados com os valores morais e sociais vigentes em determinadas épocas. Contudo, mesmo diante das mudanças históricas, certas perspectivas parecem perdurar, resistindo ao teste do tempo e mantendo influência sobre as percepções contemporâneas.

Nesses discursos a interdição (Foucault, 2009) opera estabelecendo limites rígidos sobre quem pode falar sobre o assunto, em que contexto e sob quais condições.

Historicamente, isso tem levado à sua relegação ao domínio do privado, sendo um tema muitas vezes mantido em sigilo ou discutido apenas entre mulheres e, às vezes, em espaços médicos ou educacionais restritos e racionalizados, incluída a ciência institucional. Além disso, normas sociais reforçam essa estigmatização, como a necessidade de ocultar o sangramento e esconder os absorventes. Por conseguinte, discursos que demonizam a menstruação são utilizados para restringir as mulheres a papéis domésticos e limitar seu acesso a certos espaços sociais (Strömuist, 2018).

Em concordância, é frequente que jovens que menstruam faltem a escola por diversos motivos associados à menstruação, como constrangimento, insegurança, dores ou carência de recursos para adquirir produtos de higiene básica, cada vez mais subordinados às métricas do mercado e do consumo. Uma pesquisa recente, conduzida pelo Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil, revelou que mais de 60% de adolescentes e jovens que têm menstruação já deixaram de frequentar a escola ou outros locais que gostariam devido à menstruação. Enquanto 73% já se sentiram envergonhadas na escola ou em espaços públicos pelo mesmo motivo (Unfpa; Unicef, 2021).

Dados como esses e inquietações pessoais sobre a menstruação nos levaram a desenvolver nossa pesquisa de mestrado sobre esse tema em conexão com as ciências, considerando o corpo como um campo onde se inscrevem e se materializam normas e poderes, sendo moldado por discursos médicos, científicos e sociais (Foucault, 2019). Neste jogo, tomamos as ciências como construídas por, e constituintes de, práticas simbólicas e materiais eminentemente masculinas, e certos discursos sobre a menstruação tomam mais força que outros, exercendo um domínio na fronteira dos poderes anátomo-políticos em que o corpo, feito máquina, torna-se espaço para o desenvolvimento das disciplinas reducionistas das ciências mecanicistas (Foucault, 2000) ao mesmo tempo que produz as condições de resistência pela emergência de ações polimorfas capazes de seguir os rastros da produção das interdições e subjugação dos corpos das populações.

Compreender como essas regulações produzem significados de resistência e controle nas condições mundanas é a justificativa para o nosso estudo, que envolveu a participação de 61 mulheres e 8 homens, que tiveram acesso a um questionário sobre seus conhecimentos, crenças, comportamentos, educação e sentimentos relacionados a menstruação.

Nesse artigo apresentamos um recorte das respostas obtidas, que teve por objetivo elencar as interseções entre as ciências e a cultura nos discursos sobre a menstruação, com

enfoque nos enunciados que apresentavam esse fenômeno como intrinsecamente natural e biológico ao corpo humano.

Como será explicado na próxima sessão, a metodologia de análise foi fundamentada em teorias foucaultianas sobre o discurso. Em sequência os resultados e discussões foram organizados em dois tópicos: a) além do natural: problematizando a normatização do corpo menstruante; e b) resistência menstrual: um olhar sobre os discursos que desafiam o silenciamento. Durante a análise, identificamos que os discursos científicos são empregados tanto para desafiar estigmas quanto para reforçar uma visão inflexível e autoritária sobre a menstruação e os corpos que a experimentam. Isso sugere que as discussões sobre a menstruação são influenciadas por dinâmicas de poder complexas, que estão entrelaçadas com fatores culturais, econômicos, religiosos e de biopolítica.

2 Procedimentos metodológicos

Este estudo adota uma abordagem metodológica fundamentada na análise do discurso, inspirada pelas teorizações de Michel Foucault (1985, 2009, 2019), como forma de investigar as interseções entre ciências, cultura e menstruação. Situamos nossa pesquisa dentro do campo dos estudos culturais das ciências e das educações e, diante de nosso objeto de estudo, assumimos a importância de adotar uma metodologia que permita examinar as práticas discursivas que moldam e são moldadas pelos contextos culturais e institucionais, buscando compreender como as formas de conhecimento são produzidas, circulam e são contestadas.

A escolha pela análise do discurso foucaultiana se deu em razão de seu foco nas relações de poder imbricadas nos discursos e práticas sociais, bem como em problematizar as formas de conhecimento e poder que operam dentro de determinados regimes de verdade. Assim, nossa abordagem metodológica consiste em aplicar os princípios da análise do discurso foucaultiana à análise de materiais textuais e discursivos relacionados ao nosso objeto de estudo. Este processo envolve a identificação de regularidades discursivas, o mapeamento de formações discursivas e a análise das estratégias de poder e resistência presentes nos discursos investigados.

Nesse processo analítico, o ponto central não é buscar a veracidade, a completude ou incompletude daquilo que se diz em relação à menstruação, mas sim os efeitos tanto das falas quanto dos silêncios e o modo como se arranjam para obter tais efeitos e,

alinhando a nosso objetivo de pesquisa, investigar como as ciências se articulam na construção, manutenção ou extermínio dos discursos sobre a menstruação.

Além disso, ao assumir esta perspectiva buscamos articulações entre as práticas discursivas e as práticas não discursivas bem como tentamos considerar as relações de poder que operam no contexto cultural, social, econômico e histórico em que os discursos se desenvolvem. Seguindo Foucault (2012, p. 143), entendemos prática discursiva como “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”, e práticas não discursivas como os mecanismos através dos quais o poder é exercido e mantido, mas que operam fora do âmbito da linguagem e do discurso verbal (gestos, instituições, disciplinas, técnicas de vigilância, formas de organização social, arranjos arquitetônicos, entre outras).

Deste modo, apesar da conexão entre menstruação e ciências ter sido o principal motor deste estudo, a interação com os informantes deixou claro que não podemos estudá-la isoladamente, mas agindo em conjunto com outros elementos, como a religião, a educação, a mitologia etc. à vista disso, optamos por buscar pontos de vista sobre o assunto tanto de mulheres quanto de homens, de uma ampla faixa etária, entre diferentes profissões e classes sociais.

Para isto utilizamos as redes sociais como propagadoras de um questionário que foi elaborado com vistas a receber uma ampla gama de assuntos sobre a menstruação, para posteriormente traçar uma articulação com as ciências diante das informações obtidas. Além disso, em razão da pandemia causada pela Covid-19, consideramos que este foi o método mais seguro para alcançar diversas pessoas, simultaneamente, abrangendo uma área geográfica ampla e possibilitando variedade de respostas, com facilidade a garantir o anonimato das participantes, oferecendo flexibilidade para que respondessem somente às questões que se sentissem confortáveis e reduzindo restrições a datas e horários. No entanto, isso limitou nosso corpo de estudo às pessoas com acesso à internet e dispostas a responder as questões.

O desenvolvimento do questionário envolveu uma revisão da literatura sobre o tema e, antes da divulgação foi preliminarmente validado por meio de um teste piloto com membros de nosso grupo de pesquisa para avaliação da clareza e pertinência das perguntas. Com base no feedback recebido foram realizadas modificações qualitativas e quantitativas nas questões.

O questionário foi composto por 32 questões abertas, organizadas em blocos temáticos, abordando o significado da menstruação, os conhecimentos que compõem as perspectivas das participantes, bem como os costumes, crenças e conselhos aos quais tiveram acesso. Além disso, investigamos a educação menstrual no contexto familiar e escolar, comportamentos relacionados ao ciclo menstrual, o uso de medicamentos e tratamentos alternativos, entre outros aspectos. Os enunciados das perguntas foram elaborados de forma exploratória, considerando a necessidade de capturar percepções, experiências e conhecimentos sobre a menstruação.

A divulgação do questionário foi feita no Facebook e WhatsApp, em grupos com temáticas diversas (bolsas estudantis, culinária, animais, feminismo, namoro etc.), entre julho e outubro de 2021. Esses grupos foram escolhidos com o objetivo de captar uma ampla variedade de discursos sobre menstruação, incluindo perspectivas de diferentes contextos sociais e interesses. Como não éramos membros de nenhum desses grupos, solicitamos autorização a alguns administradores para realizar a pesquisa. No anúncio, informamos que se tratava de uma pesquisa de mestrado sobre experiências e percepções sobre menstruação e que qualquer pessoa poderia participar respondendo ao questionário.

Embora a pesquisa tenha sido divulgada em espaços compartilhados por mulheres e homens de diversas idades, o número de homens que se propôs a respondê-la foi bem menor do que o de mulheres, o que nos levou a recorrer a contatos pessoais por meio do WhatsApp para tentar diversificar o escopo da pesquisa trazendo mais homens para o diálogo, mas não obtivemos sucesso.

Considerando a diversidade de pontos de vista sobre a menstruação não tivemos como pretensão o encontro de perspectivas homogêneas, tampouco buscamos a verdade no escopo enunciativo das respostas. Não foram construídas categorias preliminarmente porque não objetivamos o encontro de uma só realidade concreta ou que fora pré-estabelecida, pois admitimos a existência de realidades múltiplas no universo amostral, com forte efeito de diferenciações entre elas (Derrida, 2003; Silva, 2013) e com sentidos fartamente constituídos pelas histórias se contam, pela repetição das palavras, ao longo do tempo no que Hesse (1974) chamou de finitismo semântico. Uma rede intrincada de conexões que não se pode reduzir à verdade como se houvesse possibilidade de escapar ao caráter contingente de sua produção.

Recebemos respostas de 69 pessoas, sendo 61 mulheres e 8 homens na faixa etária de 18 a 64 anos, que foram renomeadas aleatoriamente por nós com nomes fictícios a fim de assegurar o anonimato de cada participante. Houve uma maior participação de

mulheres jovens pois, entre as 61 participantes, 47 delas estão na faixa etária de 18 a 34 anos, 8 na faixa de 35 a 49 anos, apenas 5 com idades entre 50 e 64 anos e uma delas não declarou sua idade. No que diz respeito aos homens, tivemos apenas a participação de jovens na faixa etária de 18 a 31 anos.

O desdobramento da análise se deu a partir de um recorte dos resultados obtidos considerando o objetivo traçado para este estudo de buscar conexões entre as ciências e a menstruação. Após a leitura de todas as respostas, inicialmente esses recortes foram elencados e agrupados de acordo com a recorrência dos assuntos que as participantes trouxeram em resposta à pergunta “o que a menstruação representa para você?”. Em seguida buscamos, nas respostas de todas as outras questões, falas que traziam novamente os mesmos assuntos sejam em concordância ou discordância com o os discursos proferidos na primeira questão. No entanto, dada a amplitude e complexidade do material coletado, tornou-se necessário realizar um recorte analítico para este artigo, a fim de concentrar a análise em um aspecto específico que consideramos central para os objetivos e contribuições pretendidos. Nesse sentido, optamos por focar nossa atenção na relação entre ciências e natureza apresentadas nas falas das participantes.

Contudo, a análise de frequência de temas nos permitiu identificar padrões nos discursos dos 61 participantes. A partir dessa análise, os enunciados foram categorizados em três eixos principais: naturalização da menstruação, a relação intrínseca entre a menstruação e as dores e a indissociação da feminilidade e da maternidade à menstruação. Este artigo explora apenas o primeiro eixo, de modo a aprofundar a discussão sobre como a menstruação é compreendida como um fenômeno exclusivamente biológico e naturalizado nos discursos analisados.

Embora esse artigo contenha trechos de falas de apenas alguns participantes, a análise considerou o conjunto das 61 respostas, buscando identificar regularidades, contrastes e padrões discursivos. Os trechos destacados foram escolhidos por sua representatividade em relação às categorias analíticas emergentes na pesquisa. Essa seleção permitiu aprofundar a discussão sobre as concepções predominantes na amostra, ilustrando tendências mais amplas observadas nos dados.

3 Resultados e discussão: teste de torção da naturalidade

Na análise dos discursos obtidos por meio do questionário, identificamos complexidades envolvidas na construção das narrativas em torno da menstruação,

especialmente quando consideramos a interseção entre ciência, poder e cultura. Ao longo da análise, emergem múltiplas camadas de significado que revelam a menstruação não apenas como um fenômeno fisiológico, mas como um terreno fértil para a expressão e negociação de poder nas sociedades.

O processo analítico que formulamos aponta para a instrumentalização da ideia de naturalidade como um dispositivo político de identificação, em que as percepções sobre a menstruação são moldadas e influenciadas por uma rede complexa de interações sociais. Essa dinâmica reflete não apenas a diversidade de experiências individuais, mas também os conflitos e embates presentes na produção de verdades sobre a menstruação.

Por conseguinte, discutimos como os vocábulos "corpo", "natural", "biológico" e "fisiológico", mencionados nas falas das participantes, refletem uma tendência de recorrer a uma perspectiva fechada das ciências. Esses termos mantêm uma conexão com uma origem pré-estabelecida, que se perpetua ao longo da história e é constantemente reapropriada e sobreposta. A partir dessa abordagem racional, surgem frases comuns que definem a menstruação como:

Benedita: um processo fisiológico e natural do corpo.

Tereza: algo natural do meu corpo.

Suellen: uma representação natural, adentra ao contexto biológico do corpo feminino, não vejo como algo místico ou não crio uma representação "romântica" sobre, até mesmo de personificar o clico como algo extremamente belo, apenas natural.

Maura: um ciclo natural/ função biológica.

A partir desses fragmentos, construímos duas sessões para discutir o que esses discursos dizem sobre o corpo, buscando articulá-los as ciências, sobretudo, a partir dos enunciados "corpo", "natural", "biológico" e "fisiológico". Inicialmente, argumentamos que definir a menstruação como um processo fisiológico e natural do corpo, pode também limitar o debate sobre o tema, perpetuando a ideia de que não há nada a ser questionado ou problematizado, normatizando o corpo como imutável e inquestionável. Na segunda sessão propomos uma análise de como as participantes constituem uma possibilidade de resistência frente as normas que impõem o silenciamento sobre a menstruação, por meio de discursos que articulam ciências e natureza.

3.1 Além do natural: problematizando a normatização do corpo menstruante

O modo como nos definimos, ou como definimos nossa menstruação, tem múltiplos efeitos e, por vezes, podem ser contraditórios, pois podemos estabelecer nossas sujeições ou sugestões de outros justamente quando pensamos estar apenas reafirmando a nós mesmas, de modo que nunca estamos em uma relação de exterioridade em relação ao poder.

Observando as falas de Benedita, Tereza, Suellen, Maura sobre a natureza e fisiologia dos corpos, notamos que elas compõem um campo em que se retoma e se repete a concepção de que a menstruação está, inerentemente, vinculada a uma origem, de modo que aquilo que compreendem como “natural” e “biológico” também é visto como imutável e inquestionável em um jogo em que discursos culturais e científicos, que moldam a percepção do ciclo menstrual, são atravessadas por mecanismos de controle que interdita as participantes ao legitimar e canalizar suas verdades, sobretudo no sentido de estabelecer e manter relações de poder.

Considerando as oscilações de humor que nos ocorrem no período menstrual, “o discurso médico e religioso construiu a imagem da mulher a partir de sua natureza, transformou-a em um ser moral e socialmente perigoso, sua fisiologia teria uma predisposição à doença mental” (Bueno; Santos; Silva, 2021, p. 660). No entanto, o que parece ser natural foi instituído como natural numa longa e controversa construção histórica. Aquilo que é defendido como inerente à existência dos seres e, portanto, defendido como natural é, por consequência, compreendido socialmente como imutável, mas como qualquer outra ciência, a fisiologia dos corpos, como uma condição natural, é consequência dos arranjos culturais.

Somos atravessados por discursos que cristalizam a natureza em um jogo de táticas que visam transmitir poder pela via dos regimes de verdade (Foucault, 2000). No entanto, a natureza é tão repleta de historicidade quanto a própria humanidade (Latour, 2000). Não é algo que sempre existiu e sempre existirá independentemente da ação humana, pelo contrário, é moldada pela nossa interação com ela. Assim, a natureza não é uma entidade independente e objetiva que pode ser compreendida separadamente da sociedade e da cultura, é construída e articulada socialmente, culturalmente e historicamente nos mais diversos espaços, incluindo-se a educação escolar, os arranjos familiares e a ascese religiosa, para citar apenas alguns.

Diante das perguntas, algumas participantes hesitaram ao assumir uma posição ou escolhem não opinar sobre a natureza da menstruação:

Felipa: se não me causasse tanta dor, viveria em paz com a menstruação porque entendo que ela é um processo biológico. Sendo biológico, não me questiono sobre necessidade e utilidade (minhas unhas crescem sem a menor necessidade e utilidade e está tudo bem, rs).

Julio: não sou profissional da área. Penso que isso é um fator biológico natural e que não exista "ponto de vista" sobre isso, apenas fatos.

Julio: não tenho formação adequada para responder.

Miguel: tem nada o q explicar não, Deus fez assim. Se não foi Deus, o acidente do Big Bang levou a isso aí.

Certas características são tão evidentemente marcadas, que se transformam em características naturais, como se fossem pré-discursivas, como se os discursos as revelassem em vez de as produzirem. Quando essas pessoas deixaram de responder questões ou expor opiniões por “não serem profissionais da área”, “não terem formação acadêmica” ou por considerarem que este assunto não pode ser questionado, as ciências assumem um discurso autoritário e, conseqüentemente, de caráter impeditivo manipulado por um mecanismo de exclusão entre o sujeito e o discurso, assim a utilidade da menstruação é compreendida como algo incontestável ou restrito somente aos profissionais da Medicina ou da Biologia.

O fato de os discursos proferidos por profissionais da área serem valorizados em detrimento de outros saberes remete ao prestígio que a biopolítica lhes conferiu, principalmente a partir do final do século XVIII e no início do século XIX, quando a sociedade industrial passou a requerer a saúde das populações como uma norma econômica (Foucault, 2012). Nessa perspectiva, o status do médico

[...] compreende critérios de competência e de saber; instituições, sistemas, normas pedagógicas; condições legais que dão direito - não sem antes lhe fixar limites - à prática e à experimentação do saber. Compreende, também, um sistema de diferenciação e de relações (divisão das atribuições, subordinação hierárquica, complementaridade funcional, demanda, transmissão e troca de informações) com outros indivíduos ou outros grupos que têm eles próprios seu status (com o poder político e seus representantes, com o Poder Judiciário, com diferentes corpos profissionais, com os grupos religiosos e, se for o caso, com os sacerdotes) (Foucault, 2012, p.56).

Isto posto, a segregação da academia, dos laboratórios ou da medicina, impede que determinados discursos ultrapassem suas fronteiras fazendo com que somente os indivíduos que participam dessas sociedades possam ter acesso a tal conteúdo (Foucault, 2009). Deste modo, as pessoas que proferiram as falas acima não só não tiveram acesso ao discurso que as possibilitaria responder as perguntas do questionário, mas também

compreendem que isso as torna desqualificadas para opinarem ou questionarem aquilo que a Biologia ou as instituições religiosas impuseram como uma verdade absoluta.

Além disso, elas apresentam uma visão essencialista da menstruação, como algo dado e natural resultado transcendente de uma força divina ou de um acidente do *Big Bang*, como algo que está além do alcance humano e que não pode ser questionado, compreendido ou explicado por meio de nossos métodos.

Aqui ainda permanecem alguns resquícios de um dos principais impasses da ciência no contexto da modernidade que foi, certamente, seu discurso dogmático que preconizava uma concepção unificadora do homem e do mundo, suprimindo a pluralidade cultural e anulando perspectivas epistemológicas adversas apesar de ao mesmo tempo possibilitar a criação de novas culturas e perspectivas (Cunha, 2000). Assumindo uma postura repressiva contra outras possibilidades ou noções de verdade, como se o conhecimento produzido nesses ambientes fosse superior a qualquer outro e que, portanto, não poderia ser questionado – trabalho bastante semelhante ao exercido por algumas religiões.

Nesse modelo as instituições científicas tomam para si o poder de decidir quais discursos são verdadeiros e quais são falsos se baseando em uma visão objetiva e universal do mundo, que busca explicar todos os fenômenos naturais de forma definitiva e abrangente, designando a natureza como algo a ser dominado e controlado pelo conhecimento científico (Cunha, 2000).

No entanto, a menstruação não é apenas um processo biológico objetivo que possa ser reduzido a uma universalização, é também uma experiência subjetiva que envolve aspectos culturais, emocionais e individuais de cada corpo que menstrua. Proporcionalmente, a ciência também não pode ser fixada como um conhecimento universal, porque é um produto da cultura e suas verdades são construídas socialmente, através de processos de negociação e controvérsia e essa construção social envolve a participação de diversos atores, tanto humanos quanto não humanos (Latour, 2000).

Os discursos que se prendem a um horizonte seguro de retomadas e repetições, cristalizando a menstruação como essencialmente vinculada a uma origem e a um corpo como imutáveis e/ou inquestionáveis acabam omitindo as nuances e complicações envolvidas no entendimento da menstruação. Isto é, ao nos apegarmos a um horizonte inflexível que garante a permanência enunciativa de um conhecimento, acabamos por fortalecer uma visão fixa e limitada da menstruação.

Segundo Zallocco e Rohatsch (2020), a abordagem sobre a menstruação nas escolas tende a reduzi-la às únicas duas fases que interessam à biomedicina: a ovulação e o sangramento como indicadores da capacidade de reprodução sexual. Desse modo, o ensino e a aprendizagem sobre o tema não englobam fatores culturais e sociais relacionados a menstruação e sua relação com a sexualidade é dissipada (omite-se, por exemplo, questões sobre autoconhecimento corporal, seja em relação ao prazer sexual ou sobre as características e variações do muco cervical).

A visão da menstruação como algo puramente biológico e natural é permeada pela ciência biológica e pelos discursos que surgem dentro desse campo. No entanto, é importante lembrar que a prática científica ocorre em construções contextualmente específicas, moldadas por interesses, valores e perspectivas que refletem as condições históricas, culturais e políticas em que foram geradas (Knorr-Cetina, 2013).

A menstruação é um fenômeno que, historicamente, foi envolvido por tabus e estigmas, e ainda hoje é, frequentemente, ocultado, marginalizado e interditado. Assim, a crítica de Foucault (2000) à imobilidade da história que prevaleceu na Modernidade (baseada nas grandes continuidades do pensamento, sob as manifestações maciças e homogêneas de um pensamento coletivo), nos lembra da importância de questionar e problematizar o conhecimento estabelecido, e de reconhecer a complexidade e diversidade de perspectivas envolvidas em fenômenos como a menstruação. Ao considerarmos as dimensões sociais, culturais e históricas envolvidas nesse processo, podemos avançar para um entendimento mais abrangente e inclusivo da menstruação e de seus efeitos para os corpos que menstruam.

3.2 Resistência menstrual: um olhar sobre os discursos que desafiam o silenciamento

Ao longo da história, em diferentes culturas, a menstruação tem sido, frequentemente, associada a crenças sobrenaturais, narrativas religiosas e práticas médicas (Sardenberg, 1994), que contribuíram para a estigmatização e controle do corpo feminino. Essas visões atribuíram à menstruação conotações de impureza, fraqueza, maldição, sujeira e pecado e a restringiram ao espaço do segredo e do silêncio. Mas os discursos apresentados pelas participantes sobre a naturalização da menstruação representam uma forma localizada de resistência dentro de um contexto mais amplo de opressão e controle dos corpos que menstruam.

A perspectiva que reduz a menstruação puramente a um “evento fisiológico” não permite problematizar aspectos negativos, nem a corporalidade ou sexualidade dos corpos que menstruam. Ao considerar esse problema, Kohen e Meinardi (2016) dissertam que o ensino baseado no modelo exclusivamente biomédico não só exclui a diversidade de significações corporais dessas pessoas, mas deixa de incluir também como a menstruação se relacionam com desigualdades sociais.

No processo educativo o discurso biomédico é priorizado, ou o único citado, de modo que é impossibilitado às estudantes considerar os próprios saberes sobre seus corpos, ou seja, o primeiro é considerado como mais importante em detrimento da experiência vivida pelos sujeitos (Kohen; Meinardi, 2016). Por conseguinte, as autoras afirmam que “[...] fazer educação sexual implica também repensar os enfoques dos conteúdos que se ensinam sobre a corporalidade” (Kohen; Meinardi, 2016, p.181, tradução nossa). Contudo, para chegar a tais discussões é preciso romper as barreiras que impedem o diálogo sobre a menstruação em determinados espaços.

Nas frases escritas por Benedita, Tereza, Suellen, Maura os enunciados “corpo”, “contexto biológico”, “natural”, “processo fisiológico” etc., parecem descrever a menstruação como parte de um discurso que busca estabelecer uma compreensão científica e naturalizada do corpo humano, corroborando à racionalização universal das ciências. No entanto, seguindo o fio das teorizações foucaultianas, essa narrativa pode ser interpretada como uma prática de resistência, uma vez que a teoria que as participantes conclamam como natural/biológica se configura como uma estratégia de utilizar a sedimentação e a força desses enunciados cientificizados como argumentos que fissuram, criam pontos de ruptura frente aos discursos que marginalizam e interditam o diálogo sobre a menstruação.

Nesses discursos, a repressão se exerce “como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber” (Foucault, 2019, p. 8). No que diz respeito a menstruação, “[...] o problema é sua própria existência; a solução é tornar o processo invisível, contendo o sangue menstrual, ou progressivamente eliminando-o através de ciclos contínuos de contracepção, suprimindo a menstruação” (Morais, 2018, p. 5) ou exercendo controle sobre os diálogos.

Ao rejeitar as representações negativas e míticas da menstruação afirmando que esse é um processo natural e biológico do corpo, as participantes estão desafiando as normas das estruturas de poder que historicamente marginalizaram e reprimiram as

experiências das pessoas que menstruam, elas estão reivindicando a legitimidade e normalidade desse fenômeno corporal.

Participam desse controle teorias que dicotomizam natureza e cultura, definindo a cultura como uma ordem/organização superior à natureza e, à vista disso, se propagam crenças que conferem desvalorização à mulher em relação ao homem ao passo que elas são vistas como mais próximas a natureza em razão de sua função procriativa e dos fenômenos associados a ela, como a menstruação, e, portanto, como inferiores à cultura e aos papéis masculinos (Ortner, 1974). Todavia, essa perspectiva não se desenvolveu de maneira unânime ou sem atritos, pois, concomitantemente, também emergiram abordagens que questionam a oposição entre natureza e cultura tencionando a formas inclusivas e igualitárias de compreender e lidar com as diferenças de gênero, bem como desenvolvendo estudos sobre a interação entre as culturas e o meio ambiente e sua influência no modo como as sociedades se organizam e se desenvolvem (Sardenberg, 1994).

A coexistência desses diferentes discursos sobre a menstruação porque onde há poder, simultaneamente, há resistência. Segundo Foucault (2019), os pontos de resistência são móveis e transitórios, de modo que “introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irredutíveis” (Foucault, 2019, p. 91).

Portanto, em concomitância aos mecanismos de controle do discurso emergem pontos de resistência, de modo que a interdição do discurso sobre a menstruação é constantemente desafiada e atravessada por uma variedade de agentes e práticas sociais. Isso inclui não apenas mulheres que se recusam a aceitar o silêncio imposto sobre a menstruação e buscam falar abertamente sobre sua experiência, mas também uma vasta gama de atores externos, como profissionais de saúde, pesquisadoras, ativistas e até mesmo empresas que comercializam produtos relacionados à menstruação.

Essa mobilização de diferentes agentes e a circulação de informações sobre a menstruação contribuem para desestabilizar a interdição do discurso em torno desse tema, tornando-o cada vez mais visível e aberto à discussão pública. Isso demonstra como as normas disciplinares e as restrições ao discurso não são imutáveis, mas estão sujeitas a contestação e transformação por meio das práticas sociais e das dinâmicas do próprio mercado.

A estratégia das participantes ao dizerem que a menstruação não é apenas “natural”, é também “biológica”, mescla conceitos culturais e científicos. Isto é, este “biológico/fisiológico” que elas mencionam diz respeito às ciências e é também permeado por especificidades culturais, de modo que suas fronteiras se hibridizam. Aqui destacamos a importância de reconhecer a interação entre ciência, cultura e poder na construção do conhecimento e na formulação de discursos sobre questões como a menstruação, uma vez que o conhecimento científico é construído a partir de práticas e processos culturais específicos, em interação com relações humanas (Latour, 2000). Nessa perspectiva, a biologia não é apenas uma ciência que estuda os seres vivos, mas também é uma rede de atores que estão interconectados (cientistas, laboratórios, equipamentos, teorias, dados e organismos).

Isto posto, Benedita, Tereza, Suellen, Maura e outras participantes que compartilharam a mesma visão sobre a menstruação subvertem uma relação entre natureza e ciência, porque o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações móveis e desiguais, de modo que ocorre uma pulverização de pontos de resistência que atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais, ao mesmo tempo a rede de relações de poder forma uma densa estrutura que também atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles (Foucault, 2019).

4 O dispositivo político das ciências: considerações finais

Ao longo do estudo identificamos que a ideia de naturalidade é frequentemente utilizada como um dispositivo político de identificação e que a forma como abordamos e discutimos a menstruação é influenciada por uma variedade de interações presentes em nosso ambiente social. Em outras palavras, somos seres históricos moldados e moldadores de valores, crenças e práticas através de nossa interação com a família, mídia, ciências, educação, religião, mitologia, literatura e outros meios de interação social.

Ao buscar conexões entre a menstruação e a ciência nas falas das participantes nos deparamos com múltiplas narrativas e experiências. Nas que foram analisadas nessa pesquisa, observamos nas relações de poder nós de embates e resistências operando na produção de verdades sobre a menstruação, em um jogo no qual as ciências se articulam tanto na manutenção de estruturas que oprimem e controlam os corpos que menstruam quanto na sustentação de resistências a essas estruturas, e estabelece conexões com a cultura, economia, religiões, misticismo e biopolítica.

Ao explorar a percepção de algumas participantes sobre a menstruação como um processo natural e biológico, identificamos que os discursos científicos muitas vezes são usados como ferramentas para contestar os estigmas e mistificações associados à menstruação. No entanto, mesmo quando esses discursos científicos se posicionam como polos de resistência, é importante reconhecer que estão sujeitos a outros mecanismos de poder.

Nesse contexto, os enunciados científicos podem acabar contribuindo para a criação de uma concepção rígida e inquestionável da menstruação, consolidando um discurso autoritário e excludente. Este fenômeno reflete um mecanismo de exclusão, onde os saberes legitimados pelas instituições dominantes, como a Medicina, a Biologia e a Igreja, são privilegiados em detrimento de outras formas de conhecimento.

Ao questionar discursos científicos que possam perpetuar uma visão autoritária e excludente da menstruação a educação em ciências pode desempenhar um papel crucial na desconstrução de estigmas e mistificações associados ao tema. Mas para tal efeito, é preciso considerar as diferentes perspectivas culturais, políticas e históricas envolvidas nesse processo, o que pode ajudar a promover autonomia, empoderamento, respeito e a compreensão das diversas experiências sobre a menstruação.

Além disso, a educação em ciências pode promover a valorização de diferentes formas de conhecimento, incluindo aqueles que são tradicionalmente marginalizados ou desconsiderados, como conhecimentos indígenas, filosofias feministas e abordagens interculturais, o que pode enriquecer o diálogo e promover uma compreensão mais ampla da menstruação.

Portanto, o processo educativo, precisa considerar a menstruação não apenas como um processo biológico, mas também como um fenômeno cultural, histórico e socialmente construído, de modo a incorporar perspectivas que considerem a influência de diferentes campos, como as religiões, a economia, o misticismo e a biopolítica, bem como a possibilitar questionar e problematizar os discursos científicos dominantes, reconhecendo que mesmo esses discursos podem ser permeados por mecanismos de poder que perpetuam a interdição da menstruação.

Agradecimentos

Agradecemos a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro concedido aos pesquisadores e ao Grupo dos Estudos Culturais das Ciências e das Educações (GECCE), ao Programa de Pós-

graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática (PECEM) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) pela orientação e suporte.

Referências

BUENO, G. B.; SANTOS, C. F. M.; SILVA, E. M. B. *Corpos castos, sangues profanos: mulher, menstruação e medicina na América portuguesa do século XVIII*. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 8. 2022, São Paulo. **Anais da VIII Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**. São Paulo: Editora da ReACT, 2022. p. 654-672.

CUNHA, M. C. C. *Ciência, racionalidade e pluralidade cultural: reflexões sobre o discurso científico na modernidade*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 85-103, 2000.

DERRIDA, J. **La différance in Marges de la Philosophie**. Paris: Les Editions de Minuit, 2003.

HESSE, M. **The structure of Scientific Inference**. London: Macmillan, 1974.

IRUSTA, E. **Ciencia Ciudadana: Cómo reclamar la menstruación**. Madrid: Instituto Nacional de Tecnologías Educativas y de Formación del Profesorado, 2022.

FINDLAY, J. **Principles of class teaching**. Londres: McMillan, 1902.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins, 2000.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

KNORR-CETINA, K. **A fabricação do conhecimento: um ensaio sobre a natureza construtivista e contextual da ciência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KOHEN, M.; MEINARDI, E. *Problematizando las enseñanzas sobre la menstruación en la escuela: lo disimulado, lo negativo, lo silenciado*. **Bio-grafías**, Bogotá, v. 9, n. 16, p. 179-183. 2016.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Unesp, 2000.

MORAIS, J. A. Gênero, corpo e sangue: uma etnografia sobre a medicalização da menstruação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. **Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**. Florianópolis: UFSC, 2018. p. 1-12.

ORTNER, S. B. Is female to male as nature is to culture? In: ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. (Org.). **Woman, culture, and society**. Stanford: Stanford University Press, 1974. p. 67-87.

SARDENBERG, C. M. B. De Sangrias, Tabus E Poderes: A Menstruação Numa Perspectiva Sócio-Antropológica. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 314-344. 1994.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias de currículo. 3. Ed. – 4. reimp – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância; UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas. **Mais de 60% de adolescentes e jovens que menstruam já deixaram de ir à escola ou a outro lugar que gostam por causa da menstruação**. 2021. Disponível em: <<https://www.ureportbrasil.org.br/story/825/>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

ZALLOCCO, O. B.; ROHATSCH, M. Ciclo menstrual y sexualidad/Menstrual cycle and sexuality. **Revista de Educación**, Mar Del Plata, n. 21.1, p. 255-269. 2020.

Recebido em: 15 de julho de 2024

Aceito em: 15 de janeiro de 2025